



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM  
Avenida Almirante Barroso, nº 3089 – Sala TA-15 – Térreo – Bairro: Souza – Belém – Pará  
Tel. (91) 3205-3504 email: [corregedoria.capital@tj.pa.gov.br](mailto:corregedoria.capital@tj.pa.gov.br)  
DIVISÃO JUDICIÁRIA – [dj.crmb@tj.pa.gov.br](mailto:dj.crmb@tj.pa.gov.br) – Tel.(91) 3205-3521

Ofício Circular nº. 079 / 2010 – DJ/CJRMB

Belém, 24 de maio de 2010.

**URGENTE**

Destino: Varas competentes para feitos da Infância e Juventude na área cível.

Assunto: **PRAZO ATÉ O DIA 30 DE MAIO PARA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE AS ENTIDADES DE ACOLHIMENTO** no Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA)

Senhores Magistrados e Servidores Designados,

Cumprimentando-os, reitero em caráter de **URGÊNCIA**, aos magistrados e servidores designados das Varas competentes para feitos da Infância e Juventude na área cível, **que observem os termos da Resolução Nº. 93/2010 – CNJ** (publicada no link da CRMB em 13/01/2010), especialmente o prazo até o dia 30 de maio, para informação do número total de crianças e adolescentes constantes nas entidades de acolhimento.

Tal informação deve ser prestada no Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos, mediante acesso ao portal CNJ.

Caso haja entidade de acolhimento ainda não cadastrada para a Vara, deve ser contatada a CRMB para o devido registro.

Cordialmente,

**Desa. Eliana Rita Daher Abufaiad**  
Corregedora de Justiça da Região Metropolitana de Belém



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém

Ofício Circular nº 010/2010-DA/CJRMB

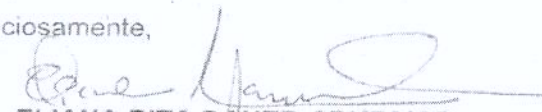
Belém do Pará, 13 de janeiro de 2010

Assunto: Ofício nº 1933/2009-GP.

Sênhor(a) Magistrado(a)

Cumprimentando Vossa Excelência apresento cópia do expediente em anexo, datado de 16.12.2009, da lavra do Desembargador **Rômulo José Ferreira Nunes** – Presidente desta Corte de Justiça encaminhando cópia da Resolução nº 93 de 27.10.2009 do CNJ, protocolado neste Órgão Correccional sob o nº 2009.6.010538-4, para conhecimento e fins devidos.

Atenciosamente,



Des<sup>a</sup>. **ELIANA RITA DAHER ABUFAIAD**  
Corregedora de Justiça da RMB

Destinatário: Juizas das Varas da Infância e Adolescência.

(jm)



## Resolução nº 93, de 27 de outubro de 2009

Acrescenta e altera dispositivos à Resolução Nº 54, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a implantação e funcionamento do Cadastro Nacional de Adoção e cria e dispõe sobre o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos. (Publicada no DOU, Seção 1, em 1/12/09, p. 166, e no DJ-e nº 205/2009, em 1/12/09, p. 3).

Download do documento original

### RESOLUÇÃO Nº 93, DE 27 DE OUTUBRO DE 2009.

Acrescenta e altera dispositivos à Resolução Nº 54, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a implantação e funcionamento do Cadastro Nacional de Adoção.

Cria e dispõe sobre o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição da República, especialmente o disposto no inciso I, §4º, art. 103-B,  
CONSIDERANDO as inovações trazidas pela Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009, que aperfeiçoa a sistemática de garantia do Direito à convivência familiar, e a necessidade de implantação de um Cadastro único e nacional de crianças e adolescentes acolhidos, em complemento ao Cadastro Nacional de Adoção;  
CONSIDERANDO a necessidade da exata definição das condições de atendimento e do número de crianças e adolescentes em regime de acolhimento institucional ou familiar no país, viabilizando a implementação de Políticas Públicas voltadas para que tal permanência ocorra apenas em caráter transitório e excepcional;

#### RESOLVE

Art. 1º A Resolução nº 54, de 29 de abril de 2009, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

"Art. 1º-A. O Conselho Nacional de Justiça implantará o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos que tem por finalidade consolidar dados de todas as Comarcas das unidades da Federação referentes a crianças e adolescentes em regime de acolhimento institucional ou familiar no país."

"Art. 1º-B. As atribuições definidas no artigo 3º da Resolução nº 54, de 29 de abril de 2009, bem como o respectivo prazo, aplicam-se ao Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos."

"Art. 5º-A. A Corregedoria Nacional de Justiça, órgão responsável por gerir e fiscalizar os cadastros relativos à infância e juventude, expedirá Instrução Normativa para a criação e disciplina das Guias de acolhimento familiar ou institucional, de crianças e adolescentes, bem como de desligamento, fixando as regras para o armazenamento permanente dos dados disponíveis em procedimentos de destituição ou suspensão do poder familiar" (NR)

Art. 2º A Resolução nº 54, de 29 de abril de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º. O Banco Nacional de Adoção e o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos ficarão hospedados no Conselho Nacional de Justiça, assegurado o acesso aos dados nele contidos exclusivamente aos órgãos autorizados. (NR)

Art. 4º As Corregedorias Gerais da Justiça e os juizes responsáveis pela alimentação diária do sistema encaminharão os dados por meio eletrônico ao Banco Nacional de Adoção e ao Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos. (NR)

Art. 5º O Conselho Nacional de Justiça prestará o apoio técnico necessário aos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal para alimentar os dados no Banco Nacional de Adoção e no Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos. (NR)

Art. 6º O Conselho Nacional de Justiça, as Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção - CEJAS/CEJAIS e



as Corregedorias Gerais da Justiça devem promover e estimular campanhas incentivando a reintegração à família de origem, ou inclusão em família extensa, bem como adoção de crianças e adolescentes em acolhimento familiar ou institucional, sem perspectivas de reinserção na família natural." (NR)

"Parágrafo único - O Conselho Nacional de Justiça poderá celebrar convênios ou termos de cooperação com outros órgãos para a troca de dados e consultas ao Cadastro Nacional de Adoção e ao Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos". (NR)

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Ministro GILMAR MENDES

Conselho Nacional de Justiça - <http://www.cnj.jus.br>